



CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)

ASSUNTO:

Dispõe sobre o abatimento no Imposto de Renda para pessoa excepcional,
dependente de pessoa física.

DESPACHO: APENSE-SE AO PL. 3800/93

AO ARQUIVO em 23 de MAIO de 1995

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 412 DE 1995

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 412, DE 1995
(DO SR. JOSÉ CARLOS COUTINHO)



Dispõe sobre o abatimento no Imposto de Renda para pessoa ex
cepcional, dependente de pessoa física.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 3.800, DE 1993)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em 03 / 05 / 95


Presidente

Projeto de Lei Nº 412 de 1995
Do Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO

3^h

"Dispõe sobre abatimento no Imposto de Renda para pessoa ex
cepcional, dependente de pessoa física."

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - As despesas comprovadamente efetivadas com pessoa excepcional dependente de pessoa física contribuinte do Imposto de Renda, poderão ser abatidas da renda bruta.

Parágrafo Único. O abatimento de que trata este artigo não poderá exceder a quarenta por cento do total da renda bruta.

Art. 2º - O Poder Executivo discriminará, em regulamento, os documentos hábeis à comprovação das despesas com tratamento de dependente excepcional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

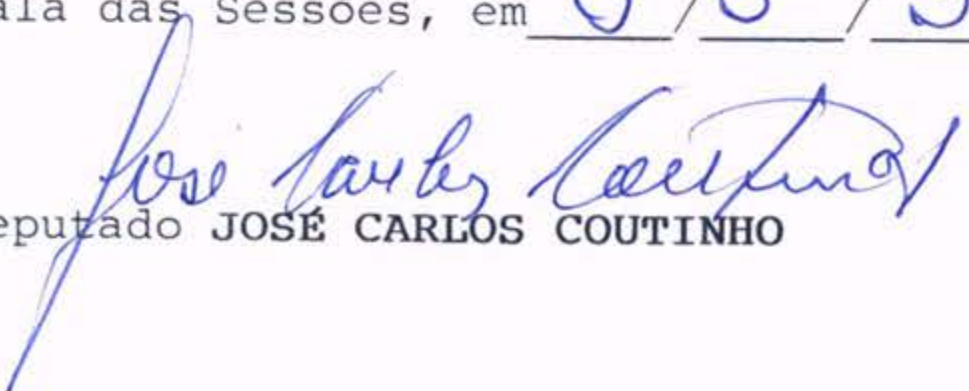
J U S T I F I C A Ç Ã O

O objeto central desta proposição é ensejar aos contribuintes de Renda (pessoas físicas), pais ou responsáveis por pessoas excepcionais, o direito de abaterem, na renda bruta, até o limite de quarenta por cento do total desta, as despesas comprovadamente efetivadas com tratamento de tais dependentes subdotados.

É notório que são de vulto as despesas com filho excepcional, que exige cuidados especiais, medicamentos e tratamentos terapêuticos de alto custo, escolas especiais, etc.

Por conseguinte, afigura-se-nos de justiça que, na declaração de rendimento de pessoa física para fins do Imposto de Renda, possa o pai ou a mãe dispor de abatimento em dobro para cada filho excepcional.

Sala das Sessões, em 3 / 5 / 95


Deputado JOSÉ CARLOS COUTINHO